



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária do Estado do Maranhão

8ª Vara Federal Ambiental e Agrária da SJMA

SENTENÇA TIPO "A"

PROCESSO: 1002265-52.2017.4.01.3700

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: -----

Advogados do(a) AUTOR: -----

Vistos etc.

Trata-se de Ação de Conhecimento (procedimento comum), com pedido de tutela de urgência, ajuizada entre partes ----- (autor) e UNIÃO e o IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (réu), que objetiva:

a) a declaração de nulidade de auto de infração e termos de apreensão (IBAMA) e circunstanciado de ocorrência (DPF) lavrados no contexto de operação de fiscalização e apreensão de aves domésticas realizadas em operação conjunta do DPF - Departamento de Polícia Federal e do IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;

b) o reconhecimento de responsabilidade civil por danos morais sofridos em decorrência de abuso de autoridade cometidos pelos agentes públicos envolvidos na operação.

A demanda - inicialmente proposta como mandado de segurança - foi complementada para conversão ao procedimento comum (ação de conhecimento) e pagamento de custas (IDs 2591070, 2633818 e 2906885).

Em síntese, alega os seguintes argumentos: **(a)** ilegalidade da apreensão promovida, por falta de autorização judicial, na medida em que as aves domésticas (pássaros) apreendidas estavam em sua residência e possuíam comprovação de origem de criador doméstico, ou seja, estavam todos anilhados; **(b)** ocorrência de dano moral devido ao uso abusivo da autoridade, consistente na **(i)** utilização injustificada de algemas enquanto agentes policiais promoviam uma busca ilegal em sua residência, na **(ii)** apreensão de armas ainda no prazo de renovação dos respectivos registros, o que teria motivado, inclusive, sua prisão em flagrante, e na



(iii) incompetência (falta de atribuição) da autoridade administrativa do meio ambiente (IBAMA) para fiscalizar produtores e criadores de pássaros silvestres que não estejam em situação de extinção, matéria regulamentada pela Lei Estadual 10.535/16; (c) regularidade na criação dos pássaros (curiós, tico-ticos e sabiás), não são considerados em extinção e foram adquiridos legalmente de criadores domésticos (registro no IBAMA) e, por isso, não podem ser devolvidos à natureza; (d) animais apreendidos são considerados de estimação e nunca sofreram maus-tratos; (e) falta de estrutura física da Administração Pública federal (IBAMA) para acolhimento e manutenção dos pássaros; (d) usurpação da competência (atribuição) da autoridade estadual do meio ambiente (SEMA - Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais).

Decisão de indeferimento do pedido de tutela de urgência (ID 3072722), contra a qual foi interposto Agravo de Instrumento (ID 3340616); não houve juízo de retratação (ID 3462521).

Os corréus ofereceram resposta pela improcedência do pedido, com base, em síntese, na tese da regularidade da operação realizada e na ilegalidade da criação de pássaros, que são não considerados silvestres à falta de comprovação de origem legal (IDs 3901373 e 4482405).

É o relatório.

FUNDAMENTO E DECIDO.

É parcialmente procedente o pedido.

Parte da prova documental produzida evidencia que a busca e apreensão levada a efeito na residência do autor tinha como finalidade a apuração de supostos crimes permanentes (posse indevida de arma de fogo e o depósito de espécimes da fauna silvestre sem autorização), presente, pois, o estado de flagrância a justificar a atuação sem mandado judicial (STJ - HC 72234).

Há, contudo, evidências de graves irregularidades tanto na apreensão dos pássaros ali encontrados (falta de atribuição do IBAMA para tal fim) quanto na prisão do autor, em especial, pelo uso injustificado de algemas (fato não contrariado pelos corréus, tornando-se, assim, incontroverso).

De fato, a apreensão de 27 (vinte e sete) pássaros silvestres não integrantes da lista CITES/IBAMA de animais ameaçados de extinção (Laudo Pericial n. 312/2017/SETEC/SR/PF/MA – ID 4482488) foi realizada em 13 de agosto de 2017 (Auto de Infração, ID 2565448 - fl. 58), quando o segundo corréu (IBAMA) já não mais possuía atribuição legal de fiscalização dos criadores de aves silvestres, em decorrência da edição da Lei Complementar 140/2011, que transferiu o poder-dever de licenciar - e, em consequência, de fiscalizar - essa atividade aos órgãos ambientais estaduais.

A esse respeito, deve ser ressaltado que o próprio corréu mantém essa informação em sua página (*site*) existente na rede mundial de computadores (*internet*), conforme se pode observar do trecho adiante transcrito:

“Com o advento da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, de acordo com o artigo 8º, XIX, atualmente a competência para autorizar novos criadores amadores de aves da ordem passeriformes silvestres passou a constituir atribuição dos Órgão Estaduais de Meio Ambiente (OEMAS), representados por secretarias e institutos de meio ambiente da unidade federada do local de residência do cidadão que deseja pleitear a concessão de licença para a criação de pássaros com fins amadoristas.



Assim, embora não seja mais o Ibama a instituição responsável pelas autorizações ou licenças, a gestão do Sistema de Controle e Monitoramento da Atividade de Criação Amadora de Pássaros (SisPass) ainda é propriedade e gestão desta autarquia, a qual tem a responsabilidade de uniformizar os entendimentos e manter as orientações gerais em termos de uso e proteção de espécimes da fauna silvestre, na medida da necessária cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativa à proteção do meio ambiente (art. 1º, caput, LC nº 140/2011)”.

A prova produzida ainda demonstra que, entre os 27 (vinte e sete) pássaros apreendidos, 07 (sete) apresentavam anilhas oficiais, reconhecidamente autênticas, cujas informações estão disponíveis no banco de dados digitais do Sistema Nacional de Criminalística (Laudo Pericial n. 312/2017/SETEC/SR/PF/MA – ID 4482488), não havendo, assim, justificativa para sua apreensão.

Dessa forma, tenho que a apreensão dos pássaros encontrados na residência do autor – em especial, do 07 (sete) que apresentavam anilhas oficiais e reconhecidamente autênticas – por entidade federal do meio ambiente que já não mais possuía atribuição legal para fiscalizar essa atividade se constituiu em evidente uso ilegal do dever-poder de polícia.

A pretensão de nulidade do termo circunstanciado de ocorrência, no entanto, não pode ser examinada no âmbito desta demanda, na medida em que diz respeito à comprovação da existência material de infração cujos requisitos e pressupostos hão de ser apreciados no âmbito da jurisdição criminal.

Não há, em relação a isso, adequação da espécie de tutela jurídica manejada pela parte.

Passo ao exame da alegação de ocorrência de danos morais.

O autor informa ter sido submetido ao uso injustificado de algemas pela equipe policial, nos seguintes termos:

“(…) Por volta do meio dia, depois que os criadores dos pássaros ali presentes já estarem dentro do ônibus/prisão da PF e seus pássaros apreendidos, foram liberados os espectadores, tendo eu sido conduzido para uma viatura e mandado que informasse o trajeto para minha casa, tendo respondido que a polícia tinha meu endereço atualizado e além do mais bastava ligar para os policiais que estavam na porta da minha casa, tendo o delegado me insultado e ameaçado me algemar.

Ao chegar em minha casa, pedi para que eu abrisse a porta, pedi que mostrasse o mandado de busca, novamente o delegado se alterou e mandou me algemar e determinou que metesse a marreta e derrubassem o portão. Naquele momento, meu filho ali presente falou que não precisava daquele escândalo, pois não estavam em casa de bandidos. Nesse intervalo, aparece minha esposa que, me vendo algemado, desmaiou. Solicitei para que retirassem as algemas de mim, pois precisava socorrê-la, pois a mesma é cardiopata possuindo três ‘stentes’.

As algemas não foram retiradas e me deixaram algemado na cozinha de minha residência e efetuaram uma minuciosa busca em todos os cômodos da casa. (...)



A equipe do IBAMA já se encontrava em meu criatório fazendo a apreensão dos pássaros, tentei mostrar ao delegado que precisava acompanhar os fiscais do IBAMA para mostrar os pássaros que estavam legalizados bem como a documentação que eu era possuidor, tendo sido impedido de me levantar". (trecho da inicial - fls. 09/11).

Essa alegação, contra a qual os corréus não se insurgiram, deve ser considerada como incontroversa e, assim, presumidamente verdadeira.

Nesse contexto, o uso de algemas no autor, sem que se verificasse quaisquer das hipóteses autorizativas^[1], caracteriza a ilegalidade da conduta e afeta negativa o autor - pessoa já idosa, exposta à condição vexatória (algemada) perante sua vizinhança e seus familiares (filho e cônjuge, que chegou a des-----r diante da situação) -, o que torna inequívoca a existência de responsabilidade civil pela ocorrência do dano moral suportado pelo autor.

Dessa forma, presentes os pressupostos para o reconhecimento de responsabilidade civil por ocorrência de dano extrapatrimonial - ato dano (uso indevido de algemas, expondo o autor publicamente em condição vexatória), consequências suportadas pela vítima (ofensa moral) e relação de causalidade entre o comportamento da entidade e o dano sofrido - deve a União indenizar o autor pelo dano moral suportado.

No que se refere à análise do *quantum* a ser arbitrado a título de indenização (valor da reparação), é preciso considerar que tais danos, por definição, não tem valor monetário específico, não representam perda de patrimônio material; em verdade, representam ofensa à esfera dos direitos existenciais.

Ao contrário do que se passa no âmbito da reparação dos danos materiais, o pagamento de certa quantia em dinheiro (equivalente monetário) não restabelece a situação anterior à lesão: o caráter extrapatrimonial do dano leva a que a indenização seja o oferecimento de coisa diferente da que foi lesada.

Sob essa perspectiva, pode-se dizer que a doutrina - regra geral - aponta três funções inerentes à reparação dos danos morais: compensatória, punitiva^[2] e social; daí dizer-se que a reparação deve ser justa e digna, sendo o valor estabelecido com base em parâmetros de razoabilidade - reflexos pessoais e sociais, intensidade e duração do desconforto, condição socioeconômica das partes, proveito obtido pelo comportamento danoso -, de modo que não seja fonte de enriquecimento sem causa nem represente valor meramente simbólico ou mesmo irrisório.

Para sua fixação, é importante para além da análise da extensão do dano, avaliar o prejuízo moral sofrido e ponderar a situação econômica de ambas as partes, deverá punir de forma pedagógica o ofensor (impedir a reiteração da conduta), motivo pelo qual fixo a indenização por danos morais em R\$ 26.500,00 (vinte e seis mil e quinhentos reais).

Com tais considerações, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos para:

- a)** DECLARAR a nulidade dos Autos de Infração n. 9120404 e n. 9120405, e do Termo de Apreensão n. 728419;
- b)** CONDENAR a UNIÃO no pagamento de indenização por danos morais fixados em R\$ 26.500,00, (vinte e seis mil e quinhentos reais), a ser atualizado, a partir da data dessa sentença, quando do pagamento;
- c)** DECLARAR extinto o processo, sem resolução de mérito, em relação ao pedido de anulação do Termo Circunstanciado de Ocorrência - por ausência de interesse processual (inadequação) -, uma vez que se refere a registro de infração de menor potencial ofensivo e, nessa qualidade, deve ser analisado em sede própria (âmbito criminal).



Os valores fixados na condenação serão corrigidos, calculados os juros moratórios à taxa de 6% ao ano, a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ser feito[2].

Custas processuais - em reembolso - e honorários advocatícios pelos corréus, estes fixados em 10% sobre o valor da condenação (CPC, art. 85, p. 2º, I).

Sentença não sujeita ao duplo grau de jurisdição necessário (CPC, art. 496, p. 3º, I).

Data da assinatura eletrônica.

P. R. I.

Ricardo Felipe Rodrigues Macieira

Juiz Federal

[1] A aferição do grau de culpa (sentido lato) do causador do dano é pressuposto do arbitramento de indenização punitiva; a sanção punitiva, a princípio, fica reservada às hipóteses de dano decorrente de dolo ou culpa grave do ofensor e não incide nos casos de responsabilidade objetiva, cujo fundamento é o risco; aqui, a ausência de culpa afasta - em tese - o fundamento punitivo da sanção. Parte da doutrina, no entanto, admite a indenização punitiva na responsabilidade objetiva quando o ofensor, comprovadamente, se houver com culpa grave ou dolo.

[1] Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, positivado na Súmula Vinculante n. 11, no qual estabelece que o uso é restrito aos casos de a) resistência à prisão; b) fundado receio de fuga ou c) perigo à integridade física do preso e/ou terceiros, sob pena de responsabilização civil, disciplinar e penal do agente público coator, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

[2] (...) 4. Os juros moratórios são devidos à taxa de 6% ao ano, não a partir do trânsito em julgado, mas "a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ser feito, nos termos do art. 100 da Constituição", conforme o art. 15-B, que modificou a sistemática de seu pagamento em sede de desapropriação, do Decreto-lei n. 3.365/41, inserido pela Medida Provisória n. 1901-31, de 24 de setembro de 1999, publicada no DOU de 27 de setembro de 1999 (atual MP n. 2183-55, de 24 de agosto de 2001). (TRF/ 1ª - AC 2007.01.00.020901-1/MA).

